



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal  
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas  
Recebido em 24/03/2011, às 16h10  
maupre1 estagiário

MPV-527

00025

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 24/03/11	proposição Medida Provisória nº 527/11
------------------	---

Deputado KANDIUKA ALLO	autor TEM-PE	Nº do prontuário
---------------------------	-----------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O *caput* do art. 11 da Medida Provisória nº 527, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Serão remanejados, até 31 de dezembro de 2011, da estrutura administrativa do Poder Executivo Federal para a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores:

....." (NR)

## JUSTIFICATIVA

Embora a estrutura administrativa do Poder Executivo já possua uma excessiva quantidade de cargos em comissão, a Medida Provisória nº 527/2011 cria mais 127 DAS. Segundo a exposição de motivos, o impacto orçamentário com a criação desses cargos será de R\$ 8,3 milhões no presente exercício e de R\$ 9,6 milhões nos exercícios subsequentes.

Assim, a presente emenda objetiva impedir o inchaço da máquina pública, bem como melhor aproveitar os cargos em comissão já existentes no governo federal. Para tanto, cremos que não é necessária a criação de cargos em comissão para que a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República desempenhe com eficácia as suas competências legais. Isso porque a sua estrutura pode perfeitamente ser formada pelo remanejamento de DAS oriundos de outros órgãos da estrutura administrativa da Administração Pública Federal.

Desse modo, a medida não trará impacto orçamentário, em prol do contribuinte e em consonância com as providências de contenção de despesas adotadas desde o início deste governo.

PARLAMENTAR

--

